

# cescontexto

## "Transformar o Capitalismo com Utopias Reais: Em torno do legado de Erik Olin Wright"

Atas do Congresso Internacional

### Organização

Elísio Estanque

Daniel Neves Costa

Nº 29

Julho, 2021

# Debates

[www.ces.uc.pt/cescontexto](http://www.ces.uc.pt/cescontexto)



## **Propriedade e Edição/Property and Edition**

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

**[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)**

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: [cescontexto@ces.uc.pt](mailto:cescontexto@ces.uc.pt)

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

## **Comissão Editorial/Editorial Board**

Coordenação/Coordination: Ana Raquel Matos e Antonieta Reis Leite

ISSN 2182-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2021

## Índice

<i>Elísio Estanque, Daniel Neves Costa</i>	
Introdução e Agradecimentos .....	2
<i>Kristina Dietz, Bettina Engels</i>	
Radical transformation: Creating alternatives to capitalism in the countryside .....	7
<i>Catarina Ribeiro</i>	
A Mina do Lousal: memórias da classe operária no presente do complexo mineiro .....	18
<i>Christopher Wimmer</i>	
The Dividing Line of Dignity: Fragmentation and Consciousness within the Marginalized Class in Germany.....	31
<i>Daniel Francisco</i>	
Nantes: da reinvenção identitária à “utopia realista” .....	46
<i>Danielle Pereira de Araújo</i>	
Quando a classe média branca teve medo: disputas de classe e raça em torno das cotas raciais no ensino superior público paulista.....	69
<i>Davilson Marques Cunha, João Aparecido Gonçalves Pereira</i>	
Governo Bolsonaro, classes sociais e reforma da previdência no Brasil.....	76
<i>Davilson Marques Cunha, Marcia Leite Borges</i>	
Estado, classes sociais e desigualdades econômicas: contribuições sociológicas de Erik Olin Wright para análise e compreensão da realidade brasileira .....	84
<i>Elizardo Scarpatti Costa, Jaime Aja Valle</i>	
Dimensiones sociales de los marcos regulatorios laborales en Brasil y España.....	92

<i>Fabien Tarrit</i>	
Erik Olin Wright (1947-2019): classes and utopia .....	114
<i>Giovanilton André Carretta Ferreira, Viviane Mozine Rodrigues, Renan Lubanco Assis, Nathalia Nogarolli Bonadiman</i>	
Estado capitalista em transformação, territórios corporativos e os impactos sobre as comunidades tradicionais: área de estudo litoral centro norte do estado do Espírito Santo, Brasil .....	128
<i>Isabel Roque</i>	
Classe, Precariedade e Mobilização Social em Call Centres Portugueses .....	142
<i>Jonas Augusto da Silva Freitas</i>	
A permanência da precarização do trabalho da mulher no século XXI.....	157
<i>Jonas Vossolo</i>	
This is no democracy, we want “Real Democracy” - “New” democratic alternatives born from the Crisis in Portugal 2011-2014 .....	163
<i>José Espirito Santo, Domingos Vaz</i>	
Sobre a Construção Social do Estatuto do Lugar? O contributo de Erik Olin Wright para a análise localizada de classes e replicações .....	194
<i>Kemilly Bianca Mello, Etiene Siqueira Rocha, Igor José Siquieri Savenhago, Wilson José Alves Pedro</i>	
Empreendedorismo Feminino sob o Olhar da Inovação Social.....	205
<i>Marcia Leite Borges, Davilson Marques Cunha</i>	
Pessoas com Deficiência: a (in)acessibilidade da sociedade brasileira .....	219
<i>Margarida de Cássia Campos, Ângela Maria de Sousa Lima</i>	
Cotas para Estudantes LGBTQ+ no Brasil: Desafios no Processo de Democratização no Ensino Superior .....	226

<i>Maria João Fernandes Carvalho</i>	
A Utopia no Horizonte do Estado capitalista em Transformação.....	236
<i>Mauro Serapioni</i>	
Imaginar utopias reais para a redução das desigualdades de saúde nos países da Europa do sul .....	246
<i>Mónica Soares</i>	
Podem as utopias reais transformar o capitalismo? Reflexões a partir da experiência de centros coletivos autogeridos, aldeias ecológicas e cooperativas integrais em Portugal e em Espanha .....	258
<i>Niccolò Bertuzzi, Paola Imperatore, Emanuele Leonardi</i>	
The Fridays for Future in Italy: Constituency, Networks and Frame .....	272
<i>Nobuyuki YAMADA</i>	
<i>How Will Capitalism End? the Reality of a Real Utopia and Post-Capitalist Strategies ...</i>	290
<i>Priscila Freire, Virgínia Ferreira</i>	
<i>Desigualdade de gênero na educação: a classe social na perspectiva interseccional .....</i>	305
<i>Raquel Ribeiro</i>	
<i>Uma casa de sonho para viver ou investir? Financeirização da habitação em Portugal e desigualdades económicas e territoriais .....</i>	318
<i>Sandra Ribeiro Graça</i>	
<i>Redes Empresariais: “Nova” lógica de relacionamento sob o espaço fragmentado da produção capitalista ou na expressão de O. Wright “ativos organizacionais” .....</i>	334
<i>Sara Čović</i>	
<i>The Antagonism of the Precariat .....</i>	348

*Sílvia Ferreira*

*The double movements of society in the context of neoliberal capitalist societalization and the social and solidarity economy ..... 361*

*Vasco Almeida*

*Contributo da Economia Budista para a Ciência Social Emancipatória ..... 378*

*Vitor Schettino Tresse*

*Doenças Negligenciadas e Custos Sociais: Quando a Garantia do Direito à Saúde Depende do Poder Aquisitivo do Enfermo ..... 391*

*Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt Proni, Marcelo Weishaupt Proni*

*A interdição de uma “Utopia Real” no Brasil ..... 404*

## Quando a classe média branca teve medo: disputas de classe e raça em torno das cotas raciais no ensino superior público paulista<sup>1</sup>

**Danielle Pereira de Araújo**, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra  
daniellearaujo@ces.uc.pt

**Resumo:** A partir da análise do processo que culminou na rejeição, pelos docentes das universidades estaduais paulistas, do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) em 2013, o presente texto buscará explorar de que forma a narrativa da “inclusão” nas universidades estaduais públicas paulistas naturalizaram as hierarquias de classe e raça tendo como aportes teóricos a abordagem marxista de classe média e o conceito de racismo institucional (Carmichael & Hamilton, 1967).

**Palavras-chave:** Racismo institucional; Ensino superior; Políticas afirmativas

### Introdução

O presente trabalho se propõe a analisar o processo que culminou na rejeição pelos docentes das três universidades estaduais paulistas, do Programa de Inclusão com Mérito do estado de São Paulo (PIMESP) em 2013. Elaborado pelos reitores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Estadual Júlio de Mesquita (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP), em estreita colaboração com o governo do estado de São Paulo, o PIMESP propunha-se a ser um programa inclusivo no ensino superior, mas com o grande diferencial de priorizar o mérito no processo de seleção do público beneficiário. Buscaremos evidenciar que a defesa do mérito aliada à negação de políticas de ações afirmativa com recorte étnico-racial e rechaço da modalidade de reserva de vagas, se constituíram como estratégias discursivas (re)produzidas pela classe média paulista para rejeitar o PIMESP e mascarar a hierarquia do trabalho, ao mesmo tempo em que reproduziu as lógicas de naturalização do racismo institucional.

A partir das contribuições da abordagem marxista de classe média e do conceito de racismo institucional de Kawme Ture e Charles Hamilton (1992 [1967]), o presente trabalho buscará oferecer uma análise acerca dos conflitos na constituição do que estamos a chamar de agenda “inclusiva” no interior das universidades estaduais paulistas, a partir da apresentação da

<sup>1</sup> Este trabalho resulta do projeto de investigação POLITICS - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas. Este projeto recebe financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia, Horizonte 2020 (acordo de subvenção nº ERC-2016-COG725402), e é parte da tese de doutoramento da investigadora intitulada “A cota paulista é mais inteligente”: o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e o confinamento racial da classe média branca”, defendido sob a orientação do professor Armando Boito Júnior na Universidade Estadual de Campinas.

proposta do PIMESP em 2013. Buscaremos perceber os principais elementos discursivos na disputa entre docentes e Estado pelo enquadramento do “problema do negro” e por sua solução.

## **Ações Afirmativas no Brasil: São Paulo na Contramão da Inclusão**

Ação afirmativa no ensino superior diz respeito à institucionalização de dispositivos que promovam o acesso e a manutenção de estudantes pertencentes a grupos sociais que historicamente foram privados do acesso à educação superior e, no caso do Brasil, do acesso às universidades públicas. Tais ações remontam ao início dos anos 2000 e têm se desenvolvido nas universidades públicas brasileiras a partir de duas modalidades: reserva de vagas e bonificação. No entanto, o sistema de reserva de vagas (ou cotas, como ficou popularmente conhecido) é a modalidade de ação afirmativa que mais tem sido utilizada pelas universidades públicas brasileiras.

Até 2013, as universidades brasileiras que aderiram às Políticas de ação afirmativa com reserva de vagas totalizavam 70. Desse total, 44% eram estaduais e 56% federais. Segundo levantamento feito por Feres Jr et al (2011), as universidades que adotaram reservas de vagas somavam 84,3% (59), 32,9% (23) haviam instituído acréscimo de vagas e 18,6% (13) adotaram bonificação.

O estabelecimento de Políticas de ação afirmativa no ensino superior público brasileiro nos anos 2000, por meio da Lei Federal nº 12.711/2012 foi um importante marco político para a história da ampliação do acesso ao ensino superior por negros e indígenas no Brasil. Entretanto, as universidades estaduais de São Paulo mantiveram-se por mais de uma década na contramão da tendência nacional: as universidades estaduais do Rio de Janeiro, da Bahia, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul foram as primeiras universidades no Brasil a adotarem as cotas étnico-raciais (entre os anos de 2002 e 2003). Foi também nas universidades estaduais onde mais rapidamente esse tipo de política afirmativa teve expressiva adesão, antes mesmo da criação da Lei federal em 2012 (Feres Júnior *et al.*, 2011).

Parcela majoritária dos docentes das universidades estaduais paulistas insistiu na manutenção do sistema de bonificação (pelo menos até 2017), que consistia no acréscimo de pontos nas provas do vestibular com foco nos egressos de escolas públicas. Entretanto, inúmeros estudos já comprovavam à altura da proposição do PIMESP que esse tipo de sistema alcança resultados inexpressivos (Feres Júnior *et al.* 2013), pouco alterando o quadro de disparidades de acesso entre negros, indígenas e brancos.

A insistência na bonificação parecia ignorar que negros e indígenas correspondiam a 37,5% da população total do estado de São Paulo (IBGE, 2010), entretanto a presença desses grupos nas três universidades não passava dos 16% na UNESP e UNICAMP e dos 14% na USP (VOGT, 2013).

No ano de 2012, frente à pressão dos movimentos sociais (e os impactos dessa mobilização nas eleições daquele ano) e da ampla adoção por parte das universidades brasileiras do sistema de reserva de vagas, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em articulação com os reitores das três universidades públicas estaduais, representantes da Universidade Virtual do Estado de São Paulo<sup>2</sup> (UNIVESP)<sup>2</sup> e o

<sup>2</sup> Criada em 2008 pelo governo de Geraldo Alckmin, a UNIVESP, foi a resposta do governo à falta de vagas nas universidades. UNIVESP então foi criado para suprir a demanda por mais vagas nas universidades estaduais paulistas a baixo custo e investimento, oferecendo ensino superior à distância. Desde a sua criação, a Universidade à distância tem recebido inúmeras críticas, como: a qualidade duvidosa do ensino ofertado, a qualidade da aprendizagem dos estudantes, beneficiamento da iniciativa privada do setor de equipamentos e programas de informática, sucateamento do ensino superior público, desvirtuamento dos fins originais do ensino à distância e uso desse tipo de ensino para legitimar a exclusão uma vez que os



Centro Paula Souza<sup>3</sup>, finalizaram a proposta do PIMESP, e colocaram para aprovação dos corpos docentes das três universidades. O cenário de conflitos e tensões gerado durante aquele processo de avaliação, em nossa análise, orientado por posições e interesses da classe média branca, parece ainda carecer de estudos que busquem conhecer mais sobre as lógicas que sustentaram a resistência dos docentes à adoção das cotas no ensino superior público paulista.

Em síntese, o PIMESP propunha atingir o percentual de 50% de alunos oriundos de escolas públicas e, desse total, seriam reservadas 35% das vagas para o grupo de pretos, pardos e indígenas (PPI). No entanto, ao passar no vestibular, todos os cotistas teriam que fazer um curso semipresencial, a ser realizado em um instituto que também seria criado tão logo o PIMESP fosse aprovado: o Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES). No referido Instituto o cotista aprovado faria um curso com duração de dois anos e com grade curricular que incluiria disciplinas como “serviços e administração do tempo”, “gerenciamento de projetos”, “profissionalização”, “inovação e empreendedorismo”. O processo de avaliação do PIMESP pelos docentes das três universidades resultou no rechaço da proposta pela UNICAMP e USP, e aprovação parcial pela UNESP<sup>4</sup>.

### **“A cota Paulista é mais inteligente<sup>5</sup>”: O rechaço do programa de inclusão com mérito no Ensino Superior Público Paulista e o confinamento Racista da Classe Média Branca**

Confrontados frente a demanda de implementar políticas que pudessem vir a ampliar as chances de acesso para as populações negras e indígenas ao ensino superior, a alta classe média branca paulista, que tem historicamente ocupado a universidade pública, foi levada a enunciar idéias e percepções a partir das quais entendem: 1) os motivos da ausência de estudantes negros e indígenas no espaço da universidade pública e 2) as soluções para esse problema.

A proposta do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) foi apresentada no fim do ano de 2012 e em nossa leitura foi a resposta do executivo paulista (em parceria com a burocracia educacional) ao cenário nacional (constitucionalidade das cotas no STF, mobilização do movimento negro).

O PIMESP era problemático primeiramente pela justificativa que o criara. O foco na busca por talentos e experimentação em novas formas de entrada na universidade, colocando como secundário a correção de desigualdades com base em raça e classe, resultaram em um modelo de política totalmente distante dos anseios da militância negra e da Lei Federal de Cotas.

Em segundo lugar, a obrigação dos cotistas cursarem 2 anos de curso no Instituto Comunitário de Ensino Superior antes de entrarem na Universidade, além do currículo proposto no referido Instituto com foco em formação para exercício de funções no setor de

estudantes que cursam Univesp não moram necessariamente em lugares distantes que os impedissem de acessar os cursos presenciais das universidades públicas estaduais paulistas.

<sup>3</sup> O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). A instituição administra 219 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e 66 Faculdades de Tecnologia (Fatecs).

<sup>4</sup> Pontos extras em cima da nota obtida no vestibular do aluno que vem de escola pública.

<sup>5</sup> Antes de adentrarmos no texto, válido explicar dois termos que constam no título. Em relação à expressão “a cota paulista é mais inteligente”, ela faz referência ao título de uma matéria publicada no portal Portal Aprendiz do grupo UOL e de autoria de Gilberto Dimenstein, jornalista que dentre outros trabalhos, foi colunista do Jornal Folha de São Paulo por 28 anos, além de ser criador do portal catraca livre (Cf. DIMENSTEIN, 2012). Em relação ao termo “confinamento racial”, é alusivo ao artigo “O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro” do antropólogo José Jorge de Carvalho (Cf. CARVALHO, J. J., 2006).

serviços, não deixava restar dúvidas de que a proposta do PIMESP havia se convertido em um produto inclusivo descafeinado da branquidade com vistas a conciliação dos mais diversos interesses no interior da alta classe média branca paulista. Entretanto, a análise da avaliação dos docentes acerca do Programa nos permite afirmar que as justificativas que orientaram o rechaço do PIMESP estiveram menos relacionadas ao reconhecimento do caráter racista e elitista da proposta e mais articuladas à:

1) reprodução do mito da democracia racial expressos em discursos antirracistas (Hesse, 2004b; Goldberg, 2008; Araújo e Maeso, 2013) ocultados pela defesa de ações focadas em estudantes de escolas públicas;

2) reafirmação da ideologia meritocrática e;

3) reprodução do racismo institucional dissimulado em certo discurso assistencialista/paternalista que concebe os beneficiários das ações afirmativas como sujeitos incompletos e que precisam de intervenções para os tornar sujeitos plenos, cidadãos

A reprodução do mito da democracia racial expresso na negação de que a racialização organiza hierarquicamente a sociedade e as relações sociais, e que dentre várias consequências, tem impedido o acesso de negros e indígenas ao ensino superior público, foi um elemento central nas justificativas dadas pelos docentes para se oporem ao PIMESP:

“[o PIMESP] não reflete a experiência das ações afirmativas consolidadas nas universidades federais [porém concluiu manifestando-se favoravelmente] ao aprimoramento e extensão [do Inlusp e do Pasusp] ressaltando que os critérios para ingresso no ensino superior devem ser embasados em mérito acadêmico e não em qualquer critério que beneficie uma ou outra classe étnica [sic]” (ESCOLA DE ENGENHARIA, 2013).

“[...] Uma questão que deve ser vista é como será identificada a raça do candidato. A autodefinição leva a situações, que já foi comprovado, não ser uma alternativa justa. 2) Por outro lado, dois candidatos de mesma escola, comunidade e situação socioeconômica, sendo um de raça preto ou pardo ou indígena e outro de outra raça (branco, amarelo ou outra). Da forma como esta apresentado a proposta de inclusão não faz sentido, pois se está promovendo a preferência do primeiro candidato, mas a situação de exclusão é a mesma para os dois candidatos. Isso será um racismo institucionalizado e legalizado. Dessa maneira pergunto: É isso que queremos? Veja que o curso preparatório como apresentado pelo PIMESP é importante e válido para o nivelamento, mas independente de raça [...]” (Campus Experimental- Dracena/UNESP. Cf. SÃO PAULO, 2013a).

“[...] A questão da mestiçagem no Brasil, que impede uma definição exata de quem é negro [sic] ou afrodescendente também é tomada como ponto de discussão para os que são contrários às cotas. Por não existir um critério científico que indique ou certifique quem é negro em nosso país, a cota poderia ser aplicada a indivíduos que não se enquadrariam dentro dessa política [...]” (UNICAMP, 2014).

A compreensão do funcionamento das sociedades capitalistas neoliberais, erigidas sobre a ossatura social da escravidão negra, demanda análises que possam interconectar a estrutura de classes e a estrutura racializada a fim de caracterizar a natureza das relações entre essas estruturas e como o racismo institucional é reproduzido.

A invisibilização do elemento cor/raça por meio do artifício da ênfase em egressos da escola pública, numa explícita redução do problema do acesso às universidades a uma questão de renda, deve ser encarada como um dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005) sob os quais o racismo institucional operacionaliza práticas que asseguram a reprodução dos lugares de poder, como é o caso das universidades.

Ao mesmo tempo em que rechaçaram o PIMESP pela preocupação com a definição dos critérios raciais da proposta, os docentes negaram a existência do racismo e conseqüentemente não o consideraram como razão justa para adoção de reserva de vagas étnico-raciais, apelando ao recorte de renda como principal impeditivo da entrada dos jovens negros e indígenas nas universidades:

“[...] O DB [o departamento de botânica] contrário a se levar em conta critério racial para ingresso na universidade. Como o próprio documento do “PIMESP” salienta em sua introdução, ‘No Brasil, a renda familiar é o fator mais determinante do que a cor para o acesso ao Ensino Superior’, portanto não há justificativa convincente para se fazer distinção entre pretos, pardos e índios [sic]. O fator determinante, portanto, é a renda familiar [...]” (Departamento de Botânica. Cf. INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] Mesmo reconhecendo que o critério do mérito deva nortear as ações da universidade, há que se reconhecer a absoluta necessidade de algumas respostas efetiva à angustiante situação de extrema dificuldade de acesso ao ensino público de terceiro grau enfrentada por pessoas de menor nível sócioeconômico [...] Rediscussão dos critérios de distribuição de cotas, que deveriam nortear-se pela situação econômica dos pretendentes, jamais pela cor da pele. A defesa desse argumento parte do princípio que a priorização a partir dos menos favorecidos estenderia, forçosamente, o benefício aos negros. A priorização partindo dos negros, todavia, nem sempre favorecia o conjunto de carentes, uma vez que a cor da pele não é pré-requisito para a pobreza [...]” (Manifestação do Departamento de Medicina Social. Cf. FACULDADE DE MEDICINA, USP, 2013).

“[...] o departamento se põe contrário a alguns itens contemplados na proposta atual: serão 2000 vagas obtidas por classificação pelo ENEM, sendo 50% reservadas a PPIs. Julgamos que as vagas deveriam priorizar o atendimento de metas sociais, e não de metas étnico-sociais como propõe o texto [...]” (Departamento de Ecologia. Cf. INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] De acordo com os dados apurados, destaca-se que a maioria é contra o PIMESP na forma como foi apresentado, com realce contrário para as cotas “raciais” [...] Destaca-se também [...] que a maioria dos participantes é favorável a algum tipo de cota social (baseada no salário mínimo) [...]” (INSTITUTO DE ASTRONOMIA, USP, 2013).

“[...] O Pimesp não atende adequadamente ao objetivo de promover a inclusão social na USP e [...] Peca também por não incluir critérios de renda familiar considerada unanimemente como o principal fator de exclusão, e por assumir metas de curtíssimo prazo (3 anos) que modificam radicalmente o perfil do corpo discente da USP [...] Considera-se, no caso da USP, que o compromisso de alcançar uma meta de 50% de egressos do ensino médio em escola pública em apenas 3 anos seria uma decisão precipitada e de consequências imprevisíveis [...] Que, em qualquer modelo de inclusão social que a USP venha a adotar, o critério de renda familiar [grifo da Congregação] seja considerado de modo explícito e com peso significativo [...]” (INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, 2013).

Embora reconheçam que existe uma estrutura que condiciona a entrada de alguns grupos na universidade, os docentes apontam que essa estrutura seria determinada apenas por critério sócioeconômico/renda e, portanto, apenas aquele critério deveria ser utilizado para a definição do público beneficiário das políticas inclusivas

A defesa da meritocracia marcou fortemente os discursos dos docentes, tanto entre os que eram a favor do PIMESP, como os que eram contra, evidenciando que a ideologia meritocrática é constituinte da classe média. A recorrência ao mérito nos discursos foi reivindicada para reforçar que qualquer medida afirmativa não deveria abdicar desse valor:

“[...] parece que aprovando o PIMESP (vide organograma) evitamos a proposta racista do governo federal [...] até ponto o ingresso por privilégio é de fato lei? [...] para onde vai o mérito da sigla Pimesp se ela garante ingresso privilegiado na universidade? [...]” (Faculdade de Odontologia. SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

“[...] O Departamento de Didática da FCL concorda que essas políticas [cotas] precisam garantir a qualidade da educação nas universidades paulistas e dar incentivo aos esforços pessoais pelo reconhecimento do mérito dos estudantes” (Faculdade de Ciências e Letras. Cf. SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

“[...] propostas de ingresso por privilégio sejam quais forem elas, acobertam mensagens despóticas e demagógicas travestidas de democracia. Cabe as universidades mostrar aos governos os limites para o arrojo sem ferir princípios como responsabilidade e mérito. Cabe a Unesp mostrar caminhos para inclusão social sem se tornar cúmplice de situações embaraçosas para o mérito que ela tanto cultiva.” (Faculdade de Odontologia- Departamento de Fisiologia e Patologia. Cf. SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

“[...] Que sejam valorizadas prioritariamente as notas obtidas no ENEM e considerada a classificação dos alunos cotistas inscritos no vestibular “[...] sugestões à proposta do PIMESP, a saber: [...] realização periódica de avaliação criteriosa dos acadêmicos ingressantes pelo referido Programa, visando redefinir as ações do PIMESP” (Faculdade de Ciências e Letras. Cf.SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

A reivindicação do mérito nos trechos acima parece evidenciar uma umbilical relação entre ideologia meritocrática e raça. Os docentes não mencionam explicitamente que os negros e indígenas não estariam aptos a ingressar na universidade, mas quando exacerbam a explicitação da defesa do mérito parecem criar uma narrativa que contrapõem os beneficiários dos programas afirmativos de um lado e a garantia da meritocracia de outro, criando uma espécie de polo antagônico. Nesse sentido, a ideologia meritocrática nos parece ser informada nesse contexto por um entendimento racializado de quem possui dons e méritos e quem não os possui.

A defesa da meritocracia esteve atrelada à preocupação com o nível dos cotistas, (re)produzindo uma lógica que questionava a competência dos beneficiários das políticas de reserva de vagas:

“Como é bem sabido, no entanto, essas políticas [de cotas] não fazem tábula rasa da qualificação acadêmica, apenas alteram o padrão de seleção dos candidatos [...] Com a política de cotas, a competição por vagas permanecerá– e nos cursos mais procurados, permanecerá muito forte –, porém com efeitos menos injustos do que os verificados hoje” (FFLCH, 2013).

“[...]Caso o sistema de cotas venha realmente a ser implantado, seria interessante um sistema que possibilitasse um apoio a alunos com deficiências de formação [...]” (Manifestação do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva. Cf. INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] Como serão selecionados os estudantes que cursarão o ICES [...] o documento indica que todos os alunos deverão ter cursado ensino médio em escolas públicas, mas haverá um número obrigatório de estudantes PPI, o que indica que a seleção não será apenas por mérito [...]” (INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] A utilização do ensino à distância proposto pelo PIMESP, para nivelamento intelectual de alunos formados em escolas mais fracas, não é adequada, pois não são só conhecimentos que são necessários, mas um processo mais amplo de inclusão social e cultural e de convivência no ambiente acadêmico [...]” (FACULDADE DE SAÚDE, USP, 2013).

A desconfiança da “qualidade” dos beneficiários das políticas de cotas expressa 1) uma pré-concepção sobre os cotistas circunscrita por certa narrativa que põe em questionamento a capacidade e o mérito daquele grupo a partida e; 2) na inferiorização de outros códigos linguísticos como, por exemplo, a tradição dos Mestres e Griôs das culturas afro e indígena que tem na oralidade o meio pelo qual transmitem cosmovisões, cosmologias. Esse tipo de conhecimento não é só deslegitimado, como apontam Bordieu & Passeron (1975) e Saes (2006) como também lhes é retirado seu caráter humano e nesse sentido, estamos indo além dos referidos autores quando afirmamos que não há apenas marginalização, mas desumanização dos sujeitos racializados pelas camadas médias brancas.

## Considerações Finais

O PIMESP foi rejeitado pela fração da classe média branca abastada não pelo seu caráter racista, mas pelos perigos que apresentava a manutenção da reprodução da alta classe média branca. Contra o PIMESP, os docentes mobilizarão um imaginário ligado às ideias de democracia racial, defesa da escola pública, mas também de (re)produção de certa narrativa acerca dos potenciais beneficiários das políticas afirmativas, narrados como despreparados e deficientes, questionando a legitimidade daqueles em ocupar o espaço da universidade pública.

Nesse sentido, os docentes se opuseram ao PIMESP pelo temor partilhado pela classe média branca, ainda que não explicitamente nomeado, acerca do “perigo da degeneração” da universidade, tanto no sentido racial como no sentido de classe.

A exclusão do negro da educação universitária caminha lado a lado com as altas taxas de desemprego que atingem de modo mais perverso a população negra, principais vítimas do trabalho precarizado e das “instabilidades” do capitalismo. Nesse sentido, não nos identificamos com algumas críticas às políticas de ação afirmativas que analisam a reivindicação por esse tipo de política como um equívoco do movimento já que a criação desse tipo de política, na visão daqueles críticos, amorteceria os conflitos, fragmentaria os grupos e, portanto, cria obstáculos à “luta radical”.

Entendemos que esse tipo de crítica ignora os desdobramentos das políticas afirmativas no que tange à confrontação da gramática jurídico burguesa-racista e a possibilidade de radicalização da luta. Com isso não queremos dizer que as cotas étnicoraciais rompem com a estrutura capitalista e seu ordenamento jurídico, mas em alguma medida há a criação de possibilidades reais de democratização da estrutura burguesa. O fato de a classe média branca do estado de São Paulo ter se debatido e entrado em confronto aberto ao longo de mais de uma década, rejeitando até onde pode a reserva de vagas étnico-raciais no ensino superior, talvez seja uma evidência de que esse tipo de política longe de mero mecanismo de domesticação e fragmentação da luta, pode sim desordenar as “regras do jogo”.

## Referências bibliográficas

Araújo, M.; Maeso, S. R. (2013), “A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, “Portugal” e (pós-)colonialismo”. *Educar em Revista*, 47, 145-171.

Bourdieu, P.; Passeron, J. (1975), *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A. (Série Educação em Questão).

Carmichael, S.; Hamilton, C. (1992), *V. Black power: the politics of liberation in America*. Vintage Edition.

Feres Júnior, J.; Daflon, V. T.; Barbarela, E.; Ramos, P. (2013a), “Levantamento das políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2013)”. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, pp. 1-25.

Feres Júnior, J.; Daflon, V. T.; Campos, L. A. (2011a), “A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011)”. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESPUERJ, pp. 1-22.

Goldberg, D. T. (2008), “The threat of race: reflections on racial neoliberalism”. Oxford: Wiley-Blackwell.

Hesse, B. (2004b), “Discourse on Institutional Racism: the genealogy of a concept”, *In Law, Ian; Philips, Deborah e Turkey, Laura. Institutional Racism in Higher Education*. Stokeon-Trent: Trentham Books, pp. 131-147.

Saes, Décio (2006), “Direitos sociais e transição para o capitalismo o caso da primeira República brasileira (1889 – 1930)”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 11, 20, 23-51.